

CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS ALUNOS DO PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Indicadores para a prática pedagógica do CEFETCE/UNED-Cedro

Raimundo LEANDRO NETO (1)

(1) CEFETCE/UNED-Cedro, Alameda José Quintino s/n 63400-000 Cedro-CE, (85) 9931-0304, (88) 3564-1000,
e-mail: leandroneto@cefetce.br

RESUMO

A Escola de Aprendizizes e Artífices, atualmente Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETCE), atende a alunos do Ensino Médio, Ensino Integrado (médio/técnico), Ensino Técnico (concomitante e pós-médio), Graduação (19 cursos), Pós-Graduação (7 especializações e 2 mestrados) e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Compreendemos que o atendimento à clientela da EJA favorecerá ao resgate de uma dívida que há séculos precisa ser quitada com cidadãos que ficaram à margem na construção de uma sociedade mais justa e igualitária e, por certo, não seria diferente na cidade de Cedro. Entendemos, no entanto, que há uma grande necessidade de conhecer melhor estes sujeitos alvo desta política pública e, neste primeiro momento deste estudo de caso, ao nos aproximarmos dos alunos e alunas matriculados na EJA na Unidade de Ensino Descentralizada de Cedro (UNED-Cedro) e levantarmos o perfil sócio-econômico destes estudantes, pretendemos contribuir para que o atendimento a esta clientela seja efetivado de forma a contemplar as reais necessidades destes educandos. Utilizamos, nesta fase da pesquisa, a metodologia adotada pela Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP) para classificar sócio-economicamente a população pesquisada. O Critério Padrão de Classificação Econômica Brasil/2008, Critério Brasil 2008 ou, simplesmente, CCEB 2008, atribui pontos para a posse de itens de conforto da família e para a escolaridade do chefe da família e, a partir da pontuação obtida, classifica os pesquisados em oito estratos sociais: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E. No estrato A1 estão os mais favorecidos e no estrato E aqueles que são menos favorecidos economicamente. No CEFETCE/UNED-Cedro, em uma turma de EJA com 23 alunos, 21 deles responderam ao questionário sócio-econômico e constatamos que 71% dos pesquisados estão no estrato C (28,6% C1 e 42,8 C2). Diante deste resultado podemos afirmar que a escola centenária continua atendendo aos “desvalidos da sorte”.

Palavras-chave: EJA, Critério Brasil, Classificação socioeconômica

INTRODUÇÃO

O Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETCE) teve como primeira denominação Escola de Aprendizizes e Artífices que foi criada em 1909, pelo então Presidente da República, Nilo Peçanha, com o objetivo de atender aos “desvalidos da sorte”.

Com o passar dos anos, em sintonia com os desafios de diferentes momentos da realidade brasileira, a Escola de Aprendizizes e Artífices tomou outras denominações: Liceu Industrial de Fortaleza (1937), Liceu Industrial do Ceará (1941), Escola Industrial de Fortaleza (1942), Escola Industrial Federal do Ceará (1965), Escola Técnica Federal do Ceará (1968) e Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (1999).

Atualmente, além de atender a alunos do Ensino Médio, Ensino Integrado (médio/técnico), Ensino Técnico (concomitante e pós-médio), Graduação (18 cursos) e Pós-Graduação (7 especializações e 2 mestrados), o CEFETCE também atende a alunos na educação técnica de nível médio integrada com a educação básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

Pretendemos, neste estudo, nos aproximarmos deste último segmento da clientela do CEFETCE e levantarmos perspectivas e desafios para o PROEJA na Unidade de Ensino Descentralizada de Cedro/UNED-Cedro.

O PROEJA foi implantado no CEFETCE em 2006 e, nesta ocasião, foi efetuado Exame de Seleção com vagas para duas turmas (Eletrotécnica e Mecânica) na sede de Fortaleza. No ano seguinte, foram ofertadas vagas para o PROEJA nas unidades de Juazeiro do Norte (Mecânica) e Cedro (Eletrotécnica), sendo que, nesta última, não houve inscritos no Exame de Seleção para esta modalidade. Foram ofertadas novas vagas para 2007 e 2008 na sede Fortaleza e nas UNED's para 2008.

Neste estudo, visando levantar indicadores para a prática pedagógica na sala de EJA do CEFETCE/UNED-Cedro, investigamos a caracterização socioeconômica destes alunos.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Sobre a escolarização de jovens e adultos no Brasil, as estatísticas registram um grande déficit. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2003) registram que 62 milhões de jovens e adultos não tiveram condições de completar a educação básica em tempo próprio. Este problema é real há vários séculos e, na atualidade, a despeito das políticas públicas implementadas nas últimas décadas, continua desafiando a todos.

Jovens e adultos que não concluíram a Educação Básica, seja pela falta de escolas no tempo da infância e adolescência, seja em decorrência da repetência ou evasão, seja pela entrada precoce no mundo do trabalho ou por outros motivos, são cidadãos que precisam tomar posse deste direito que lhes é garantido pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996).

O Documento Base do PROEJA afirma que “a grave situação educacional que os números revelam exige refletir o quanto têm estado equivocadas as políticas públicas para a educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2007, p. 18). O mesmo documento esclarece, no entanto, que “a presença da oferta de EJA na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e por outros atores que tratam do ensino médio e da educação profissional almeja romper com os processos contínuos de exclusão e de formas crescentemente perversas de inclusão” (BRASIL, 2007, p. 28).

A expectativa é que a tradição da oferta de cursos de excelência oferecidos pela Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica contribua com experiências inovadoras para a oferta da EJA no Brasil e possibilite a integração da “educação básica à formação profissional, tendo como produto final uma formação essencialmente integral” (BRASIL, 2007, p. 29).

Todos sabem que a educação é um direito do cidadão, mas não é qualquer educação que satisfaz. Por isso, nos propomos fazer esta investigação para levantarmos perspectivas e desafios em relação ao trabalho de integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos no CEFETCE/UNED-Cedro. Compreendemos que pesquisar sobre a Educação de Jovens e Adultos

é um imperativo que precisa ser buscado com mais e mais afinco e, muito mais agora com o PROEJA. Há uma dívida a ser resgatada e isto somente poderá ocorrer de forma efetiva se as políticas públicas forem embasadas em pesquisas que detalhem esta realidade e apontem soluções para este problema. Este trabalho objetiva contribuir para esta discussão.

A despeito de na realidade objetiva o oprimido estar a serviço do outro, este quadro precisa ser objeto de investigação científica. Faz-se, portanto, necessário a efetivação de uma práxis autêntica em que o homem e a mulher reflitam dialeticamente (GRAMSCI, 1995). sobre suas ações com vistas a transformar o mundo e superar as relações de mando vertical que oprimem e discriminam as classes populares.

Na atualidade, muitas Organizações Não Governamentais, Igrejas e ações do poder público têm como objetivo atender a demandas das classes populares. Assim, muitos dizem ter abraçado a causa da educação popular. Infelizmente, por vezes, são percebidos equívocos (BRASIL, 2007, p. 18) e distanciamentos entre o discurso e as práticas político-pedagógicas destes agentes sociais.

A verdadeira educação popular, vale ressaltar, haverá de trabalhar por uma educação democrática, solidária e ética que possibilite às classes subalternas a concretização dos seus objetivos. No entanto, por si só, a educação não transforma. Para que possa ocorrer a transformação, faz-se necessário que as pessoas, por meio do diálogo, vivenciem uma educação libertadora e construam uma sociedade mais justa (FREIRE, 1980).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e Constituição Federal (BRASIL, 1988) asseguram o direito de todos à escolarização e para aqueles que não completaram a Educação Básica em tempo próprio, uma das possibilidades de retorno aos estudos e o ingresso em uma classe de Educação de Jovens e Adultos. Esta, por sua vez, recebeu grande influência no suporte teórico-metodológico e político nas idéias e propostas do educador nordestino, o pernambucano Paulo Freire. A importância das suas reflexões é atribuída à sua teoria, que contrapõe toda prática mecanicista e alienante de educação até então existente e por ser ele o criador do método e da filosofia pedagógica que revolucionaram o sistema de alfabetização em dezenas de países.

Paulo Freire, em sua obra, apontou caminhos de esperança a milhares de trabalhadores, trabalhadoras e tantos outros oprimidos no Brasil e em outras partes do mundo que, por meio do exercício de ler palavras, foram convidados a aprender a “ler o mundo”. De fato, o aprendizado da leitura é mais que a simples decodificação de símbolos e, desta forma, é uma ferramenta para a transformação do mundo. Assim, em Freire, a superação da relação opressor/oprimido dar-se-á a partir de uma educação libertadora que elimine a alienação política, que problematize a realidade e desenvolva no homem a sua totalidade rumo à humanização.

O princípio para a emancipação dos oprimidos e a humanização da sociedade, de acordo com Paulo Freire, dar-se-á por via educacional. Freire (1974, p. 30) afirma que “a humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão”. De fato, esta desumanização não se verifica apenas nos que têm sua humanidade roubada, mas também, embora que de forma diferente, nos que a roubam. Esta distorção da vocação do ser mais, mesmo que possível na história, não é vocação histórica.

Se admitirmos a desumanização como vocação histórica dos homens, teremos, inevitavelmente, que adotar, diante desta desventura, ou uma atitude cínica, ou uma atitude de total desespero. Nada mais teríamos a fazer e seríamos obrigados a admitir que a luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como “seres para si”, não teria significação. No entanto, quanto mais as classes populares conhecem a realidade para transformar, mais adquirem criticidade e convicção do poder que têm suas lutas comunitárias. Tal embate haverá de se efetivar por meio do diálogo.

De acordo com Freire, “o diálogo é o encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu.” (1974, p. 93). O princípio da Pedagogia do Diálogo, presente no obra de Paulo Freire, é recusar a neutralidade de valores da educação convencional e afirmar que toda educação serve para propósitos passíveis de definição. Daí não ocultar que pretende se constituir numa educação política não apenas porque busca formas de democratizar o poder político, mas também, porque pretende contribuir para aprofundar processos de distribuição social do conhecimento disponível e provocar mudanças na sua forma de produção tendo em vista o desenvolvimento da solidariedade e da justiça social. Nessa lógica, advoga Freire no seu discurso acerca do ato dialógico: “Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Não é possível a pronúncia do mundo, que é um ato de criação e

recriação, se não há amor que a infunda” (FREIRE, 1974, p. 93). O amor não pode ser um ato de medo, mas, sim, um ato de coragem e de compromisso com os homens e “este compromisso, porque é amoroso, é dialógico” (FREIRE, 1974, p. 94).

Por essa reflexão, lendo Gramsci (1975), entendemos tratar-se de um círculo dialético. A ação é a consciência lógica que levará a alterações da compreensão de mundo ou da cultura, através de novas expressões culturais daí surgidas, que poderão gerar novas reflexões, novas formas de convivência social que aproximem mais os seres humanos uns dos outros.

Se na essência todos os homens são iguais, se todos são dotados de inteligência e de vontade, não se justifica que só alguns possam tomar decisões políticas e todos os demais sejam obrigados a obedecer. Para que exista justiça é preciso a participação de todos nas decisões. Participar politicamente é um ato cuja eficiência só se pode julgar testando-o, pois os atos de participação política reagem diferentemente dependendo das condições em que forem aplicadas. Portanto, as formas se descobrem no próprio ato de participar.

Acreditamos na educação popular como via à concreção da participação dos homens nas decisões políticas da sua comunidade. Essa educação, seguindo os princípios freireanos, deverá se opor à educação “bancária”. Ela deve favorecer espaço aos educandos para que estes problematizem sua realidade buscando transformá-la. Daí denominar-se “problematizadora”. Freire a justifica da seguinte maneira: “Enquanto a prática bancária, ... implica numa espécie de anestesia, inibindo o poder criador dos educandos, a educação problematizadora, de caráter autenticamente reflexivo, implica num constante ato de desvelamento da realidade (FREIRE, 1974, p. 80).

Paulo Freire ressalta que se faz necessário, de forma crítica, inserir o educando na realidade e que a prática bancária, caracterizada como de imersão, não se adequa a esta finalidade. Por outro lado, a prática problematizadora favorece a emergência das consciências. De fato, quanto mais forem os educandos submetidos à problematização, tanto mais serão desafiados como seres no mundo e com o mundo. Provocados, sentirão mais e mais a obrigação de responder satisfatoriamente aos desafios da realidade vivenciada. Assim, por captarem “o desafio como um problema em suas conexões com os outros, num plano de totalidade e não como algo petrificado, a compreensão resultante tende a tornar-se crescentemente crítica, por isto, cada vez mais desalienada” (FREIRE, 1974, p. 80).

É certo que para a concreção de uma educação problematizadora, faz-se necessário a adesão das lideranças a um projeto popular emancipatório no qual o convencimento esteja presente nas relações pedagógicas, sem caracterizar a manipulação dos programas populistas, mas que estabeleçam o diálogo como direção.

Compreendemos que a educação contribui para o processo de humanização de homens e mulheres ao problematizar a realidade social, estimular o diálogo, a curiosidade e o ato de perguntar enquanto ação pedagógica de co-participação e co-responsabilidade. Cabe, portanto, ao educador e ao educando buscarem, pesquisarem o conhecimento e, assim, transformarem a aula em um espaço democrático, crítico, desalienante, que liberte os oprimidos e que anuncie as boas novas de práticas libertadoras e includentes. Por isso, podemos afirmar, juntamente com Freire, que a educação tem sentido para os alunos e alunas da EJA porque todos, mulheres e homens, precisamos estar sendo. “Se mulheres e homens simplesmente fossem não haveria porque falar em educação” (FREIRE, 2000, p. 40).

METODOLOGIA

Nesta pesquisa, pretendemos nos aproximar do objeto estudado de tal forma que possamos compreendê-lo em seus próprios termos. Para que assim ocorra, empregaremos, neste estudo, a metodologia que, segundo Goldenberg (1998, p. 33) possibilita “uma análise holística, a mais completa possível, e considera a unidade estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou uma comunidade”. Trata-se do estudo de caso que, de acordo com Young apud Gil (1995, p. 59), pode ser definido como “um conjunto de dados que descrevem uma fase ou a totalidade do processo social de uma unidade, em suas várias relações internas e nas suas fixações culturais”.

A metodologia escolhida tem como uma de suas virtudes a ênfase na totalidade e por esta razão, como afirma Gil (1995, p. 59), “o pesquisador volta-se para a multiplicidade de dimensões de um problema, focalizando-o como um todo” ao tempo em que “supera-se um problema muito comum, sobretudo nos levantamentos em que a análise individual da pessoa desaparece em favor da análise de traços” (Gil, 1995, p. 60).

Neste primeiro momento desta investigação, para o levantamento sócio-econômico dos pesquisados, utilizamos a metodologia adotada pela Associação Brasileira das Empresas de Pesquisa (ABEP). Esta não é uma metodologia nova. O histórico dos critérios de classificação sócio-econômica no Brasil pode ser resumido da seguinte forma:

- “• Até 1969 – Cada instituto de pesquisa desenvolvia e usava um critério diferente. Falta de padronização impedia comparações entre dados de fontes diferentes.
- 1970 – Critério ABA (4 classes/sistema de pontos estabelecidos arbitrariamente):
 - Posse de bens (8 itens)
 - Presença de empregada
 - Grau de instrução do chefe de família
- 1974 – Divisão das 4 classes em 8
- 1976 – Criação da ABIPEME. 1o critério ABA-ABIPEME (revisão do anterior adotando 5 classes).
- 1979 – Novo critério ABA-ABIPEME (5 classes/primeiro critério construído por análise estatística).
- 1991 – 2 critérios: ABIPEME e ABA-ANEP.
- 1997 – Homologado o Critério Brasil por ABA, ANEP e ABIPEME.
- 2002 – Revisão do Critério Brasil indicava que ele ainda funcionava de maneira aceitável, mas deveria ser revisto novamente dentro de 2 ou 3 anos.
- 2005/2006 – Nova revisão. Novo Critério?” (ABEP, 2007).

Inserido no contexto histórico acima mencionado, o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) utilizou critério semelhante ao que estamos utilizando nesta pesquisa para efetuar o levantamento sócio-econômico dos estudantes de graduação das IFES. Os resultados destas pesquisas foram apresentados em relatórios publicados nos anos de 1997 e 2004 (FONAPRACE, 1997; FONAPRACE, 2004).

O Critério Padrão de Classificação Econômica Brasil/2008, Critério Brasil 2008 ou, simplesmente, CCEB 2008, atribui pontos para a posse de itens de conforto da família, (posse e contratação de serviços domésticos) e para a escolaridade do(a) chefe da família e, a partir da pontuação obtida, classifica os pesquisados em oito estratos sociais: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E. No estrato A1 estão os mais favorecidos e no estrato E aqueles que são menos favorecidos economicamente. Vale ressaltar, no entanto, que o Critério de Classificação Brasil “ênfatiza sua função de estimar o poder de compra das pessoas e famílias urbanas, abandonando a pretensão de classificar a população em termos de “classes sociais”” (FONAPRACE, 2004).

Os itens de conforto utilizados pela família e levados em conta para a classificação sócio-econômica, de acordo com o Critério Brasil 2008, podem ter ou não pontuação variável de acordo com a quantidade disponível para a família. Para as quantidades um, dois, três e quatro, o item Televisores em cores corresponde a um, dois, três ou quatro pontos, respectivamente. A existência de Videocassete/DVD implica dois pontos, independente da quantidade. O item Rádios tem a mesma pontuação que o item Televisores em cores. A existência de Banheiros, para as quantidades um, dois, três e quatro têm, respectivamente, a pontuação quatro, cinco, seis ou sete. O uso de Automóveis tem pontuação quatro, sete ou nove, respectivamente, para as quantidades um, dois e três ou mais carros. Para uma Empregada mensalista a pontuação é igual a três e para duas ou mais empregadas a pontuação é quatro. Independente de a quantidade disponível ser um ou mais objetos, a Máquina de lavar corresponde a dois pontos, a geladeira a quatro pontos e o Freezer a dois pontos.

Tabela 1 - Pontuação atribuída pelo Critério Brasil 2008 para a classificação socioeconômica, de acordo com os itens de conforto utilizados pela família

Itens de posse/Pontuação	Não tem	Tem (Quantidade)			
		1	2	3	4
Televisores em cores	0	1	2	3	4
Videocassete/DVD	0	2	2	2	2
Rádios	0	1	2	3	4
Banheiros	0	4	5	6	7
Automóveis	0	4	7	9	9
Empregadas mensalistas	0	3	4	4	4
Máquina de lavar	0	2	2	2	2
Geladeira	0	4	4	4	4
Freezer(*)	0	2	2	2	2

* Independente ou 2ª porta da geladeira

FONTE: ABEP, 2007

Para determinar a classe sócio-econômica do pesquisado, de acordo com o Critério Brasil 2008, além de serem considerados os itens de conforto utilizados pela família também é levada em conta a escolarização do(a) chefe de família.

Para o(a) chefe de família não alfabetizado ou com Ensino Fundamental até 3ª série/4º ano, não há pontuação. O chefe de família com Ensino Fundamental até 4ª série/5º ano soma um ponto; com Ensino Fundamental completo (8ª série/9º ano)/Ensino Médio incompleto soma dois pontos e com Ensino Médio completo/Ensino Superior incompleto soma 4 pontos. Ao chefe de família com Ensino Superior completo corresponde a pontuação máxima, 8 pontos.

Tabela 2 - Pontuação atribuída, pelo Critério Brasil 2008, para a classificação sócio-econômica, de acordo com o grau de instrução do chefe de família

Grau de instrução do chefe de família	Pontuação Critério Brasil 2008
Analfabeto/Ensino Fundamental incompleto (até 3ª série/4º ano)	0
Até 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental	1
Ensino Fundamental completo até Ensino Médio incompleto	2
Ensino Médio completo até Ensino Superior incompleto	4
Ensino Superior completo	8

FONTE: ABEP, 2007

De acordo com os pontos resultantes da soma obtida dos itens de conforto da família e do nível de escolaridade do(a) chefe de família o Critério Brasil 2008 identifica os estratos sócio-econômicas dos pesquisados.

Letras do alfabeto, seguidas ou não de números, são utilizadas para identificar os diferentes estratos sociais: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E. Ao estrato E (menos favorecidos sócio-economicamente) corresponde pontuação até 7; ao estrato D, pontuação 8 a 13; ao estrato C2, 14 a 17 pontos; ao estrato C1, 18 a 22 pontos; ao estrato B2, 23 a 28 pontos; ao estrato B1, 29 a 34 pontos; ao estrato A2, 35 a 41 pontos e ao estrato A1, 42 a 46 pontos.

Tabela 3 - Pontuação final, para a classificação sócio-econômica, de acordo com o Critério Brasil 2008

Classes	Pontuação Critério Brasil 2008
A1	42 a 46 pontos
A2	35 a 41 pontos
B1	29 a 34 pontos
B2	23 a 28 pontos
C1	18 a 22 pontos
C2	14 a 17 pontos
D	8 a 13 pontos
E	0 a 7 pontos

FONTE: ABEP, 2007

Nos diferentes estratos sociais identificados a partir do Critério Brasil, a renda média das famílias brasileira, segundo levantamento do IBOP (apud ABEP, 2007), é a seguinte: As Classes A1 e A2 têm, respectivamente, renda familiar média de R\$ 9.733,47 e R\$ 6.563,73. A classe B1 tem renda familiar média de R\$ 3.479,36 e a classe B2 R\$ 2.012,67. Na classe C1 a renda familiar média é de R\$ 1.194,53 e na classe C2 é de R\$ 726,26. As classes D e E, têm, respectivamente, renda familiar média de R\$ 484,97 e R\$ 276,70.

Tabela 4 - Renda média familiar por classe CCEB

Classe CCEB 2008	Renda familiar média*
Classe A1	9.733,47
Classe A2	6.563,73
Classe B1	3.479,36
Classe B2	2.012,67
Classe C1	1.194,53
Classe C2	726,26
Classe D	484,97
Classe E	276,70

*Em Valores de 2005

FONTE: ABEP, 2007

No CEFETCE/UNED-Cedro, no semestre 2008.1, na turma de Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional (EJA), com 25 alunos matriculados e 23 freqüentando, 21 destes responderam ao questionário sócio-econômico, no início do mês de junho de 2008. Posteriormente, no início do mês de julho, foram contatados os dois alunos que não estavam presentes no momento da primeira coleta de dados e, assim, completamos as informações sobre todos os alunos que freqüentam a classe de EJA no CEFETCE/UNED-Cedro. Os pesquisados foram contatados coletivamente em sala de aula, esclarecidos sobre os objetivos da pesquisa e informaram, individual e sigilosamente, de forma escrita, a quantidade de cada um dos seguintes itens de conforto disponíveis para a família: Televisores em cores, Videocassete/DVD, Rádios, Banheiros, Automóveis, Empregadas mensalistas, Máquina de lavar, Geladeira e Freezer. As informações fornecidas pelos pesquisados foram digitadas em uma planilha do Excel e, depois de calculada a pontuação para cada um dos pesquisados, de acordo com o Critério Brasil 2008, os dados foram agrupados nos estratos sociais A1, A2, B1, B2, C1, C2, D e E, apresentados em tabelas e gráficos e, em seguida, analisados.

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Os dados coletados revelaram que os alunos e alunas da classe de EJA do CEFETCE/UNED-Cedro, de acordo com o Critério Brasil 2008, estão assim distribuídos socioeconomicamente: Nos estratos sociais A2 e B1, cada estrato conta com um estudante, correspondendo, assim, individualmente, a 4,35% do total pesquisado. No estrato B2 estão três estudantes e estes correspondem a 13,04% dos pesquisados. No estrato C estão 69,57% dos pesquisados sendo que 30,43% estão no estrato C2 e 39,13% estão no estrato C1 com, respectivamente, sete e nove estudantes. (No primeiro momento da pesquisa, não incluídos os dois alunos ausentes em sala por ocasião da primeira coleta de dados, constatamos que 71% dos pesquisados estavam no estrato C, 28,6% C1 e 42,8 C2). No estrato D estão dois estudantes e estes correspondem a 8,70% dos pesquisados. Nesta investigação na classe de EJA do CEFETCE/UNED-Cedro, não foram encontrados alunos classificados no estrato A1, mais bem posicionados socioeconomicamente, assim como no estrato E, menos favorecidos socioeconomicamente, de acordo com o Critério Brasil 2008.

Tabela 5 - Distribuição dos alunos da EJA no CEFETCE/UNED-Cedro, de acordo com os estratos socioeconômicos, a partir das informações dos pesquisados.

Estrato Social	Pesquisados	Percentual
A1	0	0,00
A2	1	4,35
B1	1	4,35
B2	3	13,04
C1	7	30,43
C2	9	39,13
D	2	8,70
E	0	0,00
Total	23	100,00

FONTE: Pesquisa de Campo

Considerando informações do IBOP (apud ANEP, 2007), podemos deduzir que a renda familiar média das famílias dos alunos da EJA no CEFETCE/UNED-Cedro corresponde, nos diferentes estratos sociais, às informações apresentadas a seguir. A classe A2, com renda familiar média de R\$ 6.563,73, tem 4,35% dos pesquisados. As classes B1 e B2, com renda familiar média de R\$ 3.479,36 e R\$ 2.012,67, respectivamente, contemplam 4,35 e 13,04% dos pesquisados. Na classe C1, com renda familiar média de R\$ 1.194,53, estão 30,43% dos pesquisados e na classe C2, com renda familiar média de R\$ 726,26, estão 39,19% dos pesquisados. A classe D tem renda familiar média de R\$ 484,97 e corresponde a 8,7 dos pesquisados.

Tabela 6 - Informações da renda familiar média e percentual de pesquisados por classe social na classe de EJA no CEFETCE/UNED-Cedro.

Classes CCEB 2008	Renda familiar média*	Pesquisados na UNED-Cedro
Classe A1	9.733,47	0,00
Classe A2	6.563,73	4,35
Classe B1	3.479,36	4,35
Classe B2	2.012,67	13,04
Classe C1	1.194,53	30,43
Classe C2	726,26	39,13
Classe D	484,97	8,70
Classe E	276,70	0,00

*Em Valores de 2005.

FONTE: IBOP (apud ANEP, 2007) e Pesquisa de Campo

Embora outras informações precisem ser buscadas para mais bem caracterizar a classe de EJA pesquisada, entendemos que os dados acima apresentados são um ponto de partida na investigação e, por isso, devem ser levados em conta na efetivação do atendimento à clientela da EJA na CEFETCE/UNED-Cedro. Assim, alguns aspectos desta política pública poderão ser redimensionados na unidade pesquisada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados acima apresentados, constatamos que os alunos da EJA CEFETCE/UNED-Cedro estão posicionados em estratos sociais e faixas salariais menos privilegiados e, em decorrência desta situação, podemos afirmar que a escola centenária, atualmente Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFETCE), continua atendendo aos “desvalidos da sorte”. Em decorrência deste fato, compreendemos que a prática pedagógica com vista ao atendimento desta clientela específica precisa ser objeto de investigação e, se necessário, redimensionada.

REFERÊNCIAS

ABEP. Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa. **Critério Padrão de Classificação Econômica Brasil 2008**. (2007) Disponível em: <<http://www.slideshare.net/rypax/novos-criterios-2008-classificacao-socioeconomica/>> Acesso em 30 mai 2008.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1998**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm> Acesso 13 mar 2008.

_____. Presidência da República. **Lei Nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L9394.htm>> Acesso em 13 mar 2008.

_____. MEC. SETEC. PROEJA. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional Técnica de Nível Médio/Ensino Médio**. Documento Base. Brasília: MEC, 2007.

FONAPRACE. FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Perfil Sócio-econômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**. Belo Horizonte: ANDIFES/FONAPRACE, 1997. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/files/PALUB%20ANDIFES.DOC>> Acesso em 30 mai 2008.

_____. FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **II Perfil Sócio-econômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior**. Brasília: ANDIFES/FONAPRACE, 2004. Disponível em:

<http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonapraxe/perfil/2004/IFES/fonapraxe_com_linhas.pdf>
Acesso em 30 mai 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. **Conscientização**. São Paulo: Moraes, 1980.

_____. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: UNESP. 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

GOLDENBERG, Mirian. **A Arte de Pesquisar: Como fazer Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais**. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 1998.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. Rio de Janeiro, Brasiliense, 1995.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2003**. Rio do Janeiro: IBGE, 2003.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CEFETCE/DIPPG e UNED-Cedro por favorecerem à realização desta pesquisa com incentivo do Programa de Apoio à Produtividade em Pesquisa (ProAPP).